

A questão do tributo à Roma

The question about the tribute to Rome

Silvio Gomes¹

Resumo: O tributo que Roma cobrava dos povos subjugados eram, pelos judeus, interpretados como uma afronta à sua tradição. O que levantava uma questão sobre sua licitude, obviamente, perante a Lei Judaica. Tal questão provocou a conhecida resposta de Jesus “O que é de César, devolvi a César; o que é de Deus, a Deus”. Comumente, essa frase é acompanhada por uma interpretação que legitima, biblicamente, a separação entre Estado (César) e Religião (Deus). Tal interpretação será negada por este trabalho que lançará mão da análise do discurso e da análise da narrativa, juntamente com conquistas do método histórico crítico, para propor outra interpretação. Esta procurará valorizar a visão judaica sobre assuntos políticos, posto que, naquele período, não havia uma separação nem entre religião e política e, muito menos, entre Estado e Religião. Sendo, esta última, uma necessidade da modernidade que, obviamente, precisa ser defendida. Tal defesa, porém, necessita ser realizada diante dos valores que um projeto de estado democrático de direito anseia. Valores que somente anacronicamente poderão ser encontrados nessas palavras de Jesus.

Palavras-Chave: César, Tributo, Jesus, Política, Estado

Abstract: The required tribute by Rome, imposed to subjugated nations, was an insult to Jew’s traditions for Jews’ view point. It raised a question about the lawfulness from that tribute, obviously faceted to Jew’s Law. That question had the known Jesus answer, “Give back to Caesar what is Caesar’s and to God what is God’s”. Often, these words were interpreted as a teaching about the separation between the State and the Religion. This work will reject that interpretation. It will use the discourse analysis, narrative analysis, and some wins of the Historical-critical method, then, it will propose another

Artigo recebido em: 07 de dez. de 2022

Aprovado em: 19 de jan. 2023

¹ Doutorando em Ciências da Religião (UMESP), mestre em Ciências das Religiões, Especialista em Ciência Política, Teólogo, associado da Abib (Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica) e pesquisador do Grupo Rastros - Estudos sobre memórias e tradições cristãs e judaicas. Contato: silviorazec@gmail.com

interpretation. The new interpretation will give value to the Jew's view about policy, after all, in that time there wasn't separation between the Policy and the Religion, much less a separation between the State and the Religion. It is imperative for the modernity and important for democracy. But, it has to be made with currently thinks. After all, the use of that interpretation, on the biblical world, is an anachronism that needs to be avoided.

Keyword: Caesar, Tribute, Jesus, Policy, State

Introdução

Neste trabalho serão analisadas partes do episódio da última semana de Jesus antes da crucificação, conforme consta nas narrativas do Evangelho de Marcos. O foco será voltado, contudo, para um momento específico da terça-feira: o debate sobre o tributo a César. Outros pontos do evangelho marcano serão mencionados com o intuito de contribuir com a visão apresentada aqui.

O episódio objetivo está registrado no capítulo 12 e nos versículos de 13 a 17. Trata-se do momento em que Jesus cita a conhecida frase "O que é de César, devolvi a César; o que é de Deus, a Deus". Amplamente interpretada como uma antecipação de Jesus ao ideal da laicidade Estatal, dividindo o poder do Estado, representado na figura de César, do poder da Religião, aqui, na figura de Deus.

A proposta deste artigo é apresentar uma interpretação alternativa à esta já consagrada. Por meio da análise do discurso, da narrativa e algumas conquistas do método histórico crítico – principalmente no que diz respeito à datação já consagrada dos textos – se procurará compreender o papel dos personagens envolvidos, olhar o que estava acontecendo na época, principalmente em torno das comunidades judaicas e quais as motivações que Marcos teve para escrever esse episódio. A partir disto, se tentará propor uma interpretação que mais se alinhe ao contexto social, econômico, político e religioso da comunidade de Marcos.

1 - A obra e a narrativa de Marcos

Embora não seja o objetivo deste trabalho, convém expor o que a pesquisa bíblica tem como seguro, ou mais seguro, no que diz respeito à obra marcana. Esse dato é importante porque ajuda a compreender o mundo em que o texto nasceu e, assim, propor uma interpretação que faça sentido, neste mundo que não é o mundo moderno.

1.1 - O autor, data e localização

Considerado precursor do gênero literário Evangelho², a autoria é desconhecida, ou, mais especificamente, o nome do autor é desconhecido. Tradicionalmente, se atribui a Marcos, discípulo de Pedro. Contudo, o que se pode afirmar é que se trata de um autor conhecedor do grego, do aramaico – há frases e palavras aramaicas no texto – e da cultura judaica. Aqui, neste trabalho, para facilitar a referência ao autor, se manterá o nome tradicional. Tendo em vista, contudo, que o verdadeiro nome do autor se mantém desconhecido.

A datação possui poucas variantes. Grande parte dos autores situa o evangelho marcano por volta do ano 70. Elliott C. Maloney vai colocar entre o fim dos anos 60 e início de 70³. Mesma posição de Raymond Brown, que situa entre 68 e 73⁴.

Sobre a localização, alguns sugerem Roma. Brown, contudo, demonstra que outros lugares já foram propostos: Cicília, Norte da Transjordania, Decápolis e Galileia. Na ausência de uma segurança maior, a posição de Brown sobre a comunidade parece ser a que importa para este trabalho:

[...] o público alvo do evangelho é formado por pessoas de língua grega que não conheciam o aramaico. O autor, ou os ouvintes, ou ambos viviam numa área onde o latim era usado e tinha influenciado o vocabulário grego. Em grande parte, os receptores não eram judeus, uma vez que o autor tinha de explicar-lhes os costumes judaicos de purificação. Contudo, ele poderia presumir que eles estariam acostumados com termos provenientes do judaísmo (Satanás, Beelzebu, geena, rabi, hosana e amém), de modo que provavelmente eram cristãos que tinham sido convertidos por evangelizadores familiarizados direta ou indiretamente com a tradição judaico-cristã. Com maior probabilidade, eles tinham ouvido muita coisa a respeito de Jesus antes que o

² KÜMMEL, Werner Georg. Introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2009, p. 36

³ MALONEY, Elliot C. Mensagem urgente de Jesus para hoje: o reino de Deus no Evangelho de Marcos. Rio de Janeiro: Paulinas, 2008, p. 46

⁴ BROWN, Raymond. Introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 206

evangelho de Marcos lhes fosse lido. Teologicamente, os ouvintes mantinham uma exacerbada expectativa de uma iminente parusia (daí a razão de Mc 13), provavelmente atizada pela perseguição que tinham sofrido e durante a qual um número considerável havia sucumbido⁵.

Como não se trata de um estudo sobre o livro marcano, estas informações apresentadas são suficientes para orientar quanto à direção que se vai tomar a partir de então.

1.2 - O contexto religioso e político

Marcos escreve durante parte do longo período de domínio romano sobre a Palestina. Quando se fala, contudo, em “domínio romano”, obviamente, imagina-se um império sobre um Estado que, antes livre, passou a tornar-se parte do império. Com esta visão, a imagem que se apresenta é a de dominação política. No caso, os judeus estariam sob domínio político romano.

Em um contexto atual, onde se prega a laicidade estatal e a profunda separação entre Religião e Estado, para que este possa governar para todos e com a mesma justiça, faz sentido pensar dessa forma. Porém, na Antiguidade, e parte da Idade Média, essa separação não era vivenciada. Não se consegue, com segurança, afirmar “aqui começa a religião romana e aqui começa a política romana”. Também não se consegue facilmente falar disso sobre o império grego, persa ou babilônico. Bem como sobre o reinado de Davi, Salomão, ou mesmo sobre os judeus da época de Jesus, ou Marcos. Um texto da Assembleia Provincial da Ásia, escrito em 9 a. C., pode muito bem explicar o que se quer dizer com isso:

Ó diviníssimo César... devemos considerá-lo igual ao Princípio de todas as coisas...; pois quando tudo caía na desordem e pendia para a dissolução, ele restabeleceu a ordem e deu ao mundo inteiro uma nova aura; Cesar... a boa Fortuna comum de todos... O início da vida e da vitalidade... Todas as cidades adotam unanimemente o aniversário do divino César como o novo início do ano... Enquanto a

⁵ BROWN, 2012, p. 250

Providência, que regulou toda a nossa existência... levou a nossa vida ao ápice da perfeição ao nos dar o imperador Augusto, a quem ela encheu de força para o bem-estar dos homens, e que sendo enviado a nós e a nossos descendentes como Salvador, pôs fim à guerra e colocou todas as coisas em ordem; e por isso, tendo se tornado deus manifesto, César realizou todas as esperanças de tempos anteriores... ao superar todos os benfeitores que o precederam..., e enquanto, finalmente, o aniversário do deus Augusto se tomou para o mundo inteiro o princípio do Evangelho com relação a ele portanto, que uma nova era comece a partir do seu nascimento⁶.

É possível perceber ações políticas de César sendo listadas, bem como títulos e referências a ele como um ser divino. Religião e Estado, neste período, não possuem separação. O culto ao imperador, praticado por muitas províncias, não diferenciava o imperador César do deus Augusto. Portanto, o domínio romano sobre os judeus, ou sobre qualquer outro país, ou Estado, não era visto como um domínio político, como que separado de sua cultura e religião. Mas como políticas estatais e ações religiosas.

Cabe aqui uma explicação. Embora se fale em “estatal e religioso”, ou “Estado e religião”, essa divisão é compreendida em nosso tempo. Ao se afirmar que o Império Romano era religioso e político, não se quer dizer que as duas esferas eram percebidas, trabalhadas e vivenciadas separadamente. Esta separação é produto da modernidade. O que existia era, tão somente, Império Romano. Visto de longe, de nosso tempo, com ações políticas e religiosas. Visto de perto, da época de Marcos, tão somente ações imperiais. Para, entretanto, que se manifeste claramente o que se quer dizer, aqui, neste trabalho, se continuará a usar as duas expressões em separado. Porém, quando unidas, em referência à antiguidade, se estará salientando essa relação única: estado e religião fundidos.

Nos anos da escrita da obra de Marcos estava ocorrendo a Primeira Revolta Judaica e, em 70, o ano da queda de Jerusalém e a destruição do templo. Um momento de grande tensão e esperança apocalípticas renovadas. Com a esperança do povo, ou parte dele, em se ver livre da opressão Romana. Portanto, a situação do autor de

⁶ HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 29-30

Marcos é bem colocada em uma época em que se esperava uma posição política/religiosa acerca da Revolta e da situação dos grupos judaicos envolvidos contra Roma.

O episódio apresentado por Marcos orienta o grupo de judeus-cristãos, ligados ao autor, a uma direção que a comunidade precisa seguir, em relação a César e ao Império. A pergunta “É lícito pagar imposto a César ou não? Pagamos ou não pagamos?” tem forte tom político e religioso e a resposta de Jesus guia a comunidade em um momento tenso e trágico para todos os grupos cristãos da época.

Gerd Theissen vai dizer que o evangelho de Marcos se tratava de uma obra que visava concorrer com o “evangelho da dinastia flaviana”⁷, que teria seu início com Vespasiano, ao vencer essa revolta iniciada pelos judeus, em protesto aos impostos de Roma. Aceitando isso como verdade, a própria obra marcana possuiria um caminho religioso e político. E o texto separado para análise está, justamente, tratando destas duas faces da mesma moeda. Neste sentido, não se pode, de forma alguma, ler o evangelho de Marcos desassociado da tenção política e religiosa de seu tempo.

Com dito, Theissen relembra que os impostos à Roma motivaram, inicialmente, à revolta. Logo, no momento em que Marcos escreve, a questão do tributo faz parte de um dos debates sérios, na comunidade judaica como um todo. Obviamente, é necessário que os judeus seguidores do Mestre Jesus tenham uma opinião a respeito do pagamento de tributos a César. Essa resposta, porém, não será, jamais, uma resposta unicamente política. Será, obviamente, também religiosa. Pois precisará estar pautada nas tradições legais do povo: Torá Escrita e/ou Torá Oral.

2 - Identificando os personagens

O texto utilizado para análise trata-se de Marcos 12.13-17. Segundo a narrativa, aqueles que escutaram seus ensinamentos no templo combinam entre si uma forma de pegá-lo em algum equívoco

⁷ THEISSEN, Gerd. *A religião dos primeiros cristãos: uma teoria do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 83

de seu ensinamento. Cria-se, então, na história de Marcos, episódios de “desafios e respostas”⁸.

Para a parte separada, os personagens adversários são os herodianos e os fariseus. Juntos, segundo Marcos, os chefes dos sacerdotes, os escribas e os anciãos enviaram esse grupo de fariseus e herodianos para “enredá-lo com alguma palavra” (13). A informação do grupo que envia os adversários diretos de Jesus, na história, se encontra no versículo 27 do capítulo 11. Portanto, identificados os personagens, serão apresentados os papéis que desempenhavam na Jerusalém do tempo de Marcos e de Jesus, antes da Revolta Judaica. Para tanto, se fará uso da pesquisa já consagrada de Joachim Jeremias, com informações complementares de outros autores, quando necessárias.

2.1 - Os chefes dos sacerdotes

Segundo Joachim Jeremias, a expressão “chefes dos sacerdotes” corresponde não apenas a um posto⁹. Mas a diversos postos ocupados por sacerdotes aristocratas. A hierarquia desenhada recebia a seguinte ordem, do posto mais alto para o mais baixo: Comandante do Templo; o chefe da seção hebdomadária; os chefes das seções diárias; os sete vigilantes permanentes; e, por fim, três tesoureiros permanentes. Os membros dessa hierarquia, que tem como cabeça o Sumo Sacerdote, “formam um colegiado bem definido; possuem jurisdição sobre os sacerdotes e seus membros opinam no Sinédrio”¹⁰ – que seria o Supremo Tribunal Judaico.

Pela classificação listada, ou os “chefes dos sacerdotes”, nomeados por Marcos, eram todos esses, ou membros desses grupos. O que se deve chamar a atenção, para os objetivos deste trabalho, é o fato de serem numerosos – ainda que a totalidade deles não esteja referenciada em Marcos – e que fazem parte da aristocracia judaica. Portanto, trata-se de um grupo religiosa e politicamente localizado, dentro da estrutura social de Jerusalém.

⁸ CROSSAN, John Dominic; BORG, Marcus J. A última Semana: um relato detalhado dos dias finais de Jesus. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 76

⁹ JEREMIAS, Joachim. Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisa de história econômico-social no período neotestamentário. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2010, p. 224-250

¹⁰ JEREMIAS, 2010, p. 249

2.2 – Os escribas

Essa classe, diferente dos chefes dos sacerdotes, não se limitava apenas ao grupo de aristocratas. Era possível encontrar escribas entre os sacerdotes, entre os ricos não membros de famílias sacerdotes, plebeus de família não abastadas e mesmo entre os prosélitos.

O “saber”, como diz Jeremias, trata-se da arma do escriba, que costumava iniciar seus estudos desde muito cedo. Para doutorar-se, o aluno seguia o seguinte caminho: conviver com o mestre e aprender dele; tornava-se “doutor não ordenado” ao dominar os métodos halaquita e as matérias ditas tradicionais, bem como resolver, por si só, questões da legislação da Torá. A chegar aos quarenta anos, enfim, poderia ser ordenado e ser reconhecido como doutor e rabi, onde, então, estaria “autorizado para a resolver por si mesmo as questões de legislação religiosa e ritual, a ser juiz em processos criminais e dar pareceres nos processos civis, seja como membro de uma corte de justiça, seja individualmente.”¹¹.

Os escribas gozavam de grande prestígio entre o povo. Podendo, inclusive, um só deles, influenciar insurreições contra as autoridades. Ao aceitar desafiá-los, Jesus fez o que Jeremias considera um desafio ousado. Observando o prestígio e o quanto que eram dedicados em seus estudos, de fato, o Jesus marcano ousou realizar um desafio que poucos fariam.

2.3 – Os anciãos

A única informação que Joaquim Jeremias dá desse grupo é de que seriam chefes das famílias patrícias de Jerusalém¹² e faziam, também, parte do Sinédrio. Portanto, tais como os chefes dos sacerdotes, eram membros importantes da sociedade de Jerusalém.

2.4 – Os fariseus

Esse grupo, lado a lado dos saduceus, são os mais citados e mais frequentes nos evangelhos. Aparecem, inclusive, nas cartas, onde Paulo se identifica como um deles. Considerados como partido

¹¹ JEREMIAS, 2017, p. 321

¹² JEREMIAS, 2010, p. 308

de leigos, segundo Jeremias, até 66 de nossa Era. Não representavam um grupo com grandes influências em Jerusalém – apesar de ela existir em algum nível –, mesmo possuindo membros no Sinédrio e terem bom relacionamento com Herodes Antipas¹³. Eram, também, conhecidos como grupo mais exigente com regras muito rígidas sobre pureza. Desenvolveram uma forma peculiar de viver a religião. Em grande parte, inclusive, não tendo necessidade do templo¹⁴. O que contribuiu bastante para sua sobrevivência após a queda do Templo, em 70.

2.5 – Os herodianos

O grupo dos herodianos¹⁵, segundo Joachim Jeremias, é formado por membros da família herodiana – em referência a Herodes, o Grande – que eram prosélitos. Eram, portanto, ricos, membros da família real e considerados “meio-judeus”. Sendo, obviamente, a favor de Roma.

Por fim, o que se pôde notar é que, para Marcos, o grupo de membros do Sinédrio, representados pela aristocracia clerical, leiga, elite intelectual e leigos com legitimidade do povo se reuniam para definir o que fazer com Jesus. Ao que parece, ao chegar em Jerusalém, Jesus trouxe algum tipo de agitação. Suficiente para que grupos que tinham, inclusive, posições discordantes, se unissem em acordo contra um homem. Pelo menos, esse é o desenho que importa para Marcos apresentar aos seus leitores.

3 - A polêmica sobre o tributo

A presença da religião dentro da política, incluindo a política econômica, pode ser notada na própria moeda utilizada para pagar o tributo. Quer no tempo de Jesus, cujo o imperador era Tibério Cesar, ou no tempo de Marcos, que, por sua vez, tinha Nero como imperador, as moedas romanas traziam a imagem do César com uma inscrição identificando-o e o exaltando como uma divindade. Logo, a pergunta de Jesus era atemporal: “De quem é esta imagem e a inscrição?” (16). A pergunta servia ao contexto de Jesus, se houver quem pense em um

¹³ JEREMIAS, 2010, p. 355

¹⁴ KOESTER, Helmut. Introdução ao novo testamento, volume 1 : história, cultura e religião no período helenístico. São Paulo: Paulus, 2005, p 242

¹⁵ JEREMIAS, 2010, p. 438-442

episódio histórico, quanto ao contexto marcano – que é o que interessa para este artigo.

3.1 - A moeda do tributo

Não importando o tempo, a moeda utilizada para pagar o tributo possuía a imagem do César gravada em uma face. Na outra, poderia constar alguma conquista sua, ou mesmo a referência a alguma divindade romana. Elas apresentavam os césares como divinos, filho de deus, ou Ponte Maior/Sumo Sacerdote (*pontifex maximu*) entre os homens e os deuses.

Para a mentalidade judaica, tal moeda possuía um tom religioso idólatra, como qualquer outro ídolo erguido¹⁶. O papel dos chamados cambistas, dentre outras responsabilidades, era o de trocar a moeda idólatra romana – segundo os olhos da religião judaica -, pela moeda do templo judaico¹⁷, chamada shekel. Não se podia levar, para dentro do templo, nenhuma imagem em referência a nenhum outro deus. Herodes tentou fazer isso. Um escriba, como marca de sua influência no povo, conseguiu fazer com que fosse retirada¹⁸.

O que parece tão pouco importante, para a fé judaica antiga, era uma afronta e precisava ser eliminada. A religião não fazia separação entre vida religiosa e secular. Toda a vida das pessoas da antiguidade estava envolvida com o sagrado. Isso incluía também, o sistema econômico. Tudo precisava estar em acordo com a religião e a tradição do povo. Portanto, as imagens na moeda, para os judeus, não poderiam a deuses estrangeiros e nem ao deus imperador. Enfim, a moeda, em si, já era uma marca de idolatria e atentado contra a tradição, cultura e religião judaica.

3.2 – O imposto romano na sociedade judaica

Herodes cobrava diversas taxas dos judeus¹⁹. Pródigo com obras e gastos gerais, passava toda a dívida para o povo. Mateus, o

¹⁶ CROSSAN, BORG, 2007, p.85

¹⁷ CROSSAN, BORG, 2007, p.85

¹⁸ JEREMIAS, 2010, p. 330-331

¹⁹ JEREMIAS, 2010, p. 175-178

evangelho considerado mais próximo ao judaísmo palestinese²⁰ já apresenta uma posição clara de Jesus, ou da comunidade mateana, sobre os impostos a serem pagos à Roma (MT 17,24-27). E essa posição revela como era séria a questão dos tributos a serem pagos a César.

Os tributos pagos à Roma eram assuntos tão delicado para a mente religiosa judaica que, segundo Joachim Jeremias, foi justamente o protesto contra esses tributos que geraram a Revolta Judaica²¹, que culminou com a queda de Jerusalém e a destruição do Templo. É, portanto, um dos assuntos em voga, no período em que Marcos escreve. Como já foi pontuado, anteriormente, sob o ponto de vista de Gerd Theissen.

A terra dos judeus não pertence à Roma, no imaginário religioso judaico. Pertence a Javé e ele a deu ao povo judeu. Logo, não fazia sentido algum, para a identidade do povo, pagar tributos aos estrangeiros que não possuíam parte na herança de Javé (Dt 32, 8-9). Era, portanto, uma afronta à sua religião, política e cultura o fato de ter que tributar ao estrangeiro e usar sua moeda idólatra.

Compreende-se, então, que, quando os herodianos e os fariseus perguntam a Jesus “É lícito pagar imposto a César ou não?”, tal pergunta está diretamente ligada ao contexto histórico que a comunidade vivia. Pode-se compreender que a própria comunidade cobra de seus líderes uma resposta para um assunto tão importante ao ponto de gerar uma revolta nos judeus. Ou mesmo a própria comunidade judaica cobra de seus irmãos judeu-cristãos uma posição acerca do assunto.

Como é conhecido na história, os cristãos não tomaram uma posição ao lado dos demais judeus na Revolta Judaica. Não apenas nesse episódio escrito por Marcos, mas em outros espalhados em seu evangelho, o autor justifica o porquê. A resposta de Jesus é a resposta que a comunidade passa a seguir e a usar, diante dessa situação tão séria para todos os judeus.

Afinal, os judeu-cristãos são a favor do tributo a Cesar? O que consistia em ser a favor do uso judaico da moeda e do culto subentendido a Cesar e aos deuses romanos. Se não eram, porque,

²⁰ CARNEIRO, Marcelo. Os Evangelhos Sinóticos: origens, memória e identidade. São Paulo: Fonte Editorial, 2016, p. 275

²¹ JEREMIAS, 2010, p. 178

então, não se juntaram à Revolta? Não havia outro caminho, nessa lógica: se eram a favor do povo e de suas tradições, tinham que lutar contra o imposto e participar da Revolta. Se eram a favor do pagamento de impostos, deveriam ser considerados traidores.

4 - Proposta de Interpretação

Munido dessas informações, torna-se bastante difícil sustentar a tese de que Jesus está fazendo uma separação entre Estado e Religião. O primeiro ponto a retomar aqui é justamente o que já foi dito sobre o mundo da Antiguidade. Essa separação não fazia parte, ainda, da reflexão Antiga. Trata-se, portanto, de uma leitura anacrônica, que lança os anseios, assuntos e contextos de um tempo para dentro de outro, que, por sinal, os desconhece. A partir do abandono desta interpretação, surge a necessidade de propor outra reflexão.

Crossan já havia dado um passo nessa direção²². Contudo, limitou-se a uma reflexão sobre Jesus, buscando algum tom de historicidade no relato de Marcos. Limitando-se ao campo de pesquisa do Jesus histórico – assunto irrelevante para este trabalho. A partir das reflexões de Crossan sobre o anacronismo de se observar um ensino de Jesus sobre separação entre Estado e Religião, aqui, se propõe outra linha de chegada. Uma que observa a comunidade marcana. Que reflete a partir do discurso que Marcos faz Jesus realizar – quer haja algo histórico ou não no episódio. Sob o ponto de vista deste artigo, importa compreender o sentido dessas palavras para a comunidade, que vivia em momento de guerra/revolta, os impostos à Roma são parte da motivação.

4.1 – Abandonando a interpretação mais comum

Como dito anteriormente, não se pode ver, neste texto, um ensinamento sobre essa separação. Para a leitura comum, que observa tal ponto, a comparação entre César e Deus está sendo realizada sob o ponto de vista de um poder político e um poder religioso. Neste sentido, o poder político, César, se torna digno daquilo que é seu, o tributo. E o poder religioso, Deus, daquilo que lhe pertence, o coração, a devoção e tudo o mais.

²² CROSSAN, BORG, 2007, p. 85

Esse caminho interpretativo ignora o que já foi falado aqui sobre a relação simbiótica entre religião e Estado do mundo antigo. Roma não representa uma grandeza política. Roma é uma grandeza política-bélica-econômica-religiosa. A oposição entre César e Deus (Javé, no caso), não está pautada entre Estado e religião, mas entre duas ideias de mundo distintas e antiéticas. Logo, uma não existe enquanto a outra existir. Neste sentido, a crença em Javé é uma crença política também, tal qual o império é religioso e político.

Pode-se dizer que é a comparação entre dois deuses. A presença romana não era opressão política, simplesmente. Era política, bélica, econômica e religiosa. E tudo isso junto. Um exemplo, dentro da própria obra marcana, é o demônio chamado Legião e os porcos. Em forte referência à Legião de soldados romanos. A presença da Legião romana era interpretada, também, como opressão espiritual. Ler o texto sobre o tributo como separação entre Estado e Religião faz de Jesus um judeu que se coloca a favor do domínio romano sobre seu povo. Jesus seria, a este modo, não um opositor a Roma, mas um mestre judeu que aceita a legitimidade da opressão que seu povo sofre, relativizando-a em, simplesmente, “se a moeda é de César, então, deve-se pagar o tributo a ele”.

Como dito antes, Theissen considera que o Evangelho de Marcos está em oposição ao Evangelho dos Flavianos. O primeiro tem como protagonista, conforme o prólogo de Marcos, “Jesus Cristo, Filho de Deus”. O outro tinha Vespasiano como protagonista. Este, inclusive, foi saudado como verdadeiro messias por alguns judeus, como o caso de Flavio Josefo²³. Portanto, Reino de Deus, em Marcos, está claramente em oposição a Império Romano. Essa atitude não é nova, dentro do cristianismo. Paulo, antes mesmo, já fazia essa comparação (I Cor 8,4-6). Onde, obviamente, para o judeu-cristão, Reino de Deus tinha valor superior a Império Romano.

Portanto, César e Deus, na fala do Jesus marcano, não são autoridades de campos diferentes. Estão em oposição e, inclusive, em luta: Reino de Deus contra Império Romano; Cristo contra Cesar; ou, ainda, Javé contra César. Dar ao Império Romano o que lhe pertence e ao Reino de Deus o que é dele não é uma inauguração de uma separação. Mas o confronto entre duas visões de mundo que não podem coexistir. Resta saber do que Marcos está falando, resta saber

²³ JOSEFO, Flávio. História dos Hebreus. Rio de Janeiro: CPAD, 1990, p. 1371

se algum judeu da época deveria, a partir da falar de Jesus, considerar que algo, da tradição e vida judaicas, pertence a César.

4.2 – Antecedentes de uma crise entre duas comunidades judaicas

Overman, analisando a obra de Mateus, escrita pouco mais de 10 anos após Marcos, encontra-se uma crise dentro da comunidade judaica²⁴. A comunidade que segue os ensinamentos de Jesus e a que Jacob Neusner vai chamar de Judaísmo Formativo²⁵ – derivada do grupo dos fariseus. Tanto fariseus como cristãos desenvolveram uma forma de viver a fé judaica sem necessidade real do templo. O que, após a destruição dele, se tornou muito importante. O contexto da obra de Mateus trata da competição entre essas duas comunidades que disputam a liderança do judaísmo²⁶. O contexto de Marcos antecede esse momento. Contudo, já demonstrando uma tensão entre essas duas comunidades que ficará turbulenta durante o período da comunidade mateana.

Marcos, então, está em um momento que antecede essa crise interna do judaísmo. Tendo que lidar com algumas acusações. Dentre elas, ao que o texto parece fazer referência, de que a comunidade é a favor do tributo romano, ou, pelo menos, de não se posicionar com clareza acerca desse assunto.

4.3 – A resposta da comunidade de Marcos

Cabe aqui, neste momento, retornar ao texto e analisá-lo a partir das informações levantadas até o momento. Marcos diz que Jesus já havia silenciado seus oponentes em outro momento. Inclusive havia criado uma parábola muito séria que facilmente poderia ser interpretada como que alegando que o ataque de Roma à Jerusalém ocorre como castigo de Deus pela morte de seu Filho (12,1-12). Segundo Crossan, os zelotes possuíam um programa de governo que incluía a destituição e a assassinato da aristocracia, dos líderes do

²⁴ OVERMAN, J. Andrew, *O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo: o mundo social da comunidade de Mateus*, São Paulo: Loyola, 1997, p.88

²⁵ NEUSNER, Jacob. *The Description of Formative Judaism: The Social Perspective of the Mishnah's System of Civil Law and Government*. *AJS Review*. 5: 63-79, 1980, p. 63

²⁶ THEISSEN, 2009, p. 244

povo, em Jerusalém²⁷. O que torna parte do cumprimento do que estava sendo previsto na parábola de Jesus.

Marcos, assim, faz uma interpretação profética do que está acontecendo, ou está para acontecer em Jerusalém – a depender de data aceita para o escrito marcano. A escolha de Javé, em usar um povo idólatra, violento e que não o serve, para julgar a Israel, tem precedência na tradição profética no episódio do cativo babilônico (Hc 1).

Voltando ao texto, o que ocorre é que membros do Sinédrio se reúnem, não oficialmente, e enviam herodianos e fariseus. O primeiro grupo, publicamente a favor dos tributos a serem levados a César, e o segundo que, embora não tivesse influência direta neste assunto, possuía grande peso nas questões domésticas das comunidades. No ponto em questão, os fariseus não eram fiéis à Roma – atitude que fez com que Herodes os multasse - apesar desta punição, pelo mesmo motivo, Herodes já havia matado outras pessoas²⁸.

Portanto, são dois grupos politicamente e religiosamente opostos. Herodianos, por um lado, fiéis à Roma e considerados pelo judaísmo como meio-judeus, e por outro, os fariseus, judeus completos e, publicamente, infiéis à Roma. Mesmo sendo opositores entre um e outro, ambos, estavam unidos em um só propósito, criar um problema para Jesus ser desacreditado ou criminalizado:

Se Jesus respondesse “não”, poderia ser acusado de negar a autoridade romana – ou seja, de revolta. Se respondesse “sim”, arriscava-se a perder a reputação com as pessoas ao redor, que tanto por motivos econômicos quanto religiosos se ressentiam do domínio dos impostos romanos. Muito provavelmente esse era o objetivo da primeira pergunta: separa Jesus da multidão, levando-o a dar uma resposta impopular²⁹.

Trata-se, em seu contexto, de um dilema da própria comunidade. Acusada de não participar dos protestos e da Revolta contra Roma, precisa responder: acaso acham lícito pagar tributo a

²⁷ CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. *Em busca de Jesus: debaixo das pedras, atrás dos textos*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 218-220

²⁸ JEREMIAS, 2010, p. 354

²⁹ CROSSAN, BORG, 2007, p. 84

Roma? Eles devem pagar? São duas perguntas bem claras. Se acha lícito, então reconhece o poder de Roma sobre os judeus. O que torna a segunda pergunta, praticamente, respondida. Se acha ilícito, então a outra precisa ser respondida: pagaremos tributo, já que não é lícito?

A licitude de algo deveria ser avaliada a partir da Torá, para o povo judeu. Não importava a lei romana. Não se trata de avaliar se a licitude de algo é confirmada pelo poder, mas pela lei judaica. Pela tradição judaica. A palavra usada é ἔξεστι (e'ksestē) todas as vezes que aparece, no Novo Testamento, trata-se de um debate ou de uma avaliação de licitude de acordo com a lei de um determinado povo. Compara-se o fato com a legislação. Para o judeu, com a Torá.

Portanto, a resposta de Jesus, ou da comunidade de Marcos, precisava estar amparada na lealdade à Torá e à tradição judaica. Se a comunidade afirmar que era lícito realizar o pagamento do tributo, estaria, ao mesmo tempo, afirmando que os pressupostos da Revolta Judaica estavam errados. Atraindo, para si, a rejeição de toda a comunidade judaica que viam, na luta, uma forma de conseguir independência do opressor. Legitimaria o domínio estrangeiro sobre a terra de Javé. Dentro do contexto marcano, seu evangelho não poderia ser uma oposição ao evangelho da dinastia Flaviana. Seria, pelo contrário, uma forma judaica de propaganda dela.

Afirmar que era errado, em resposta à primeira pergunta, mas respondendo afirmativamente à segunda, ou seja, de que, mesmo sendo errado, se deveria pagar o tributo a César, seria ensinar que se faça algo que a Torá discorda – algo ilícito, por assim dizer. Caindo, também aqui, em descrédito.

Ao responder negativamente às duas perguntas, ou seja, não é lícito e não se deve pagar, as consequências seriam similares a de Jesus. A exceção da perseguição romana por rebelião, já que, segundo alguns, os cristãos já viviam perseguidos, nesse tempo, por conta da acusação que Nero fez de terem ateado fogo em Roma. Contudo, soma-se a outra questão: se os judeu-cristãos são contrários, por que não se uniram à revolta?

Na resposta dada, ocorre uma exposição da hipocrisia dos que perguntavam. Crossan aponta bem isso³⁰. Dentro do templo, Jesus não tinha a moeda do tributo. Mas, para responder, não precisava dela. Bastava dizer “De César”. Então Jesus disse-lhes: “O que é de

³⁰ CROSSAN, BORG, 2007, p. 85

César, devolvi a César; o que é de Deus, a Deus”, sem precisar criar a cena da moeda. Contudo, faz questão de pedi-la aos que o interrogaram. Na ânsia de conseguir vencê-lo, acabam sendo expostos – para dentro do templo, levaram a moeda idólatra:

A moeda que eles apresentaram tinha a imagem de César junto com o estandarte e a inscrição idólatra que chamava César de divino filho de Deus. Eles são revelados como integrantes da política de colaboração. A estratégia retórica de Jesus é brilhante: a armadilha deles foi evitada, a sua contra-armadilha está armada³¹.

Como visto antes, fariseus foram poupados por Herodes e herodianos são fiéis a Herodes. O debate entre eles sobre pagar ou não tributo a César era falso. Ambos os grupos gozavam dos benefícios da aliança com Roma. Os líderes que os enviaram, faziam parte da aristocracia da cidade. Desfrutando do privilégio decorrente da tolerância com a presença romana na terra de Judá. Ao transportar isso para a comunidade, Marcos afirma que a comunidade não tem moeda dentro do templo: a comunidade marcana é fiel à tradição judaica. Não possui aliança com Roma, pelo contrário, é, por ela, perseguida e morta desde o início, a começar por seu Mestre.

Aqueles que perguntam, contudo, são os que realmente desrespeitam à comunidade e, veladamente, preservam aliança com Roma. Eles têm, em seu bolso, a moeda do templo. Carregam a riqueza e os benefícios que Roma lhes proporciona, fingindo, assim, qualquer real preocupação com o imposto, ou com o domínio romano sobre os judeus.

Tal acusação, voltada para a comunidade judaica opositora, é bastante séria. Entretanto, é desta mesma acusação que são alvo. Trata-se do início de uma tensão que chega ao ponto do irreconciliável, na época da obra de Mateus.

Ao desnudar a hipocrisia daqueles que acusam, não se responde, todavia, a posição da comunidade sobre ser a favor ou não do domínio romano sobre os judeus. E, neste momento, Jesus expõe sua posição, que é a que a comunidade terá que assumir: “O que é de César, devolvi a César; o que é de Deus, a Deus” (17).

³¹ CROSSAN, BORG, p. 85

César, nesta comparação, não é colocado como um ser humano, ou como um líder político de Roma. Como dito antes, trata-se de uma divindade. Trata-se do ídolo romano. Confronta-se uma divindade com outra. A licitude de César em possuir algo dos judeus está sendo avaliada, novamente, perante a tradição da Lei judaica. Um ídolo nada é e, portanto, nada tem. Como bem lembra Crossan: “Do senhor é a terra e sua plenitude” (Sl 24.1). Javé é dono de tudo. Para os ouvintes de Jesus, a resposta deu mais um desafio do que uma resposta. Cabe aos interlocutores de Jesus definirem o que é de Javé e o que é de César e, assim, terem sua fidelidade provada. Deveriam responder quem era César e quem era Deus, para eles.

A moeda, obviamente, não deveria estar no templo. Jesus a relativiza como algo sem valor: “devolvi a César”. A tradição, a direção, a independência, a autonomia e a terra do povo, contudo, pertencem a Javé e devem ser devolvidas. Nisto, César nada tem e nada é. Há uma acusação contra as alianças que os interpeladores fazem com Roma. Onde tiram o que pertence a Deus e dão a César. Quando, na verdade, César não deveria ter direito a nada. Mesmo a moeda, que veio de César, deve ser expulsa da terra. Não se trata de pagar o tributo. Trata-se devolver a ele e não trazer mais para o templo, ou para a terra de Judá. Junto com a moeda, que César vá embora da terra prometida.

Considerações finais

Jesus e a comunidade pregam a liberdade do povo. A liberdade contra o jugo de Roma. A comunidade não é apenas contra pagar tributo. É contra todo o sistema romano. É contra se ter aquele dinheiro consigo. Porque é o dinheiro de César. É a imagem de César. É, por assim dizer, antecipando o escritor apocalíptico, a “marca da Besta”.

A comunidade marcana compreende a guerra como castigo sobre Jerusalém, particularmente contra os líderes da cidade - consequência do assassinato do Messias - não como um evento político isolado da vontade soberana de Javé. Entretanto, isso não a torna a favor de Roma ou do domínio romano. Isso apenas a distância, cada vez mais, do jogo violento - que é a arma romana. Antecipando o que acontecerá ainda dentro da mesma história, o povo judeu, ao abraçar a Revolta Judaica, preferiu a proposta violenta de Barrabás. No lugar de aceitarem a coragem e as propostas revolucionárias do Mestre Jesus.

A comunidade que abraçou a Revolta não é a mesma denunciada por Marcos, diga-se. Esse grupo é o que Marcos identifica como os traidores do povo. Os revoltosos são os que ele associa com Barrabás. Ambos, Barrabás e Jesus, eram presos políticos-religiosos. Ambos eram vítimas do Estado Romano. Cada um, porém, a seu modo, entendia a reação à ilicitude do imposto e da opressão cultural de forma diferente. Essa é a posição da comunidade: não temos aliança com Roma; não é lícito pagar tributo a ela; mas não cabe a nós o caminho da violência.

Dessa forma, a comunidade demonstra uma consciência política. Retirar a religião do debate político é diminuir as intenções e projetos da própria essência religiosa. Embora, deva-se sempre lutar para que o Estado não se torne representação desta ou daquela religião. Tal necessidade, porém, deve ser justificada dentro da democracia e dos valores de um projeto democrático e do Estado democrático de direito. Encontrar a justificativa desse projeto, nas palavras de Jesus, é correr sério risco de anacronismo.

Referências

- BÍBLIA – *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BROWN, Raymond. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- CARNEIRO, Marcelo. *Os Evangelhos Sinóticos: origens, memória e identidade*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- CROSSAN, John Dominic; BORG, Marcus J. *A última Semana: um relato detalhado dos dias finais de Jesus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. *Em busca de Jesus: debaixo das pedras, atrás dos textos*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.
- JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisa de história econômico-social no período neotestamentário*. Santo André: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2010
- JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.
- KOESTER, Helmut. *Introdução ao novo testamento, volume 1 : história, cultura e religião no período helenístico*. São Paulo: Paulus, 2005.
- KÜMMEL, Werner Georg. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2009.

MALONEY, Elliot C. *Mensagem urgente de Jesus para hoje: o reino de Deus no Evangelho de Marcos*. Rio de Janeiro: Paulinas, 2008.

NEUSNER, Jacob. The Description of Formative Judaism: The Social Perspective of the Mishnah's System of Civil Law and Government. *AJS Review*. 5: 63-79, 1980.

OVERMAN, J. Andrew, *O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo: o mundo social da comunidade de Matesu*, São Paulo: Loyola, 1997

THEISSEN, Gerd. *A religião dos primeiros cristãos: uma teoria do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 2009.